

Editorial

*Kanavillil Rajagopalan**

O FENÔMENO DE VIOLÊNCIA, CONHECIDO DESDE os primórdios da história humana, manifesta-se de diferentes maneiras, tanto físicas quanto mentais – sendo alguns exemplos, dentre os mais conhecidos, a violência urbana (assalto, trânsito), a violência doméstica (incluindo aí os estupros e agressões gratuitas), a violência infantil (palmatória, *bullying*), a violência esportiva (injúria e outras formas de insulto à dignidade da pessoa), a violência no ambiente de trabalho (gozação, importunação)... a lista vai muito longe. Uma das primeiras perguntas que ela suscita gira em torno da questão de ela ser da própria natureza do homem (só o homem seria capaz de infligir dor em outro ser vivo pelo simples prazer em fazê-lo) ou algo que é adquirido por ele em virtude das circunstâncias em que se encontra (a vida em ambiente violento, por exemplo). Trata-se de um dilema que nos persegue há muito. Se a resposta fosse no sentido da primeira, ter-se-ia ampla justificativa para a prática de justiça puramente punitiva, retributiva, até mesmo vingativa, do tipo “olho por olho, dente por dente”. Se valesse a segunda alternativa, teríamos aí boa razão para defender uma justiça corretiva, restaurativa, recuperativa. A aposta na tese de que o ser humano é intrinsecamente mau, propenso à violência, determina que ele precise ser detido, contido, pelo uso de força (igualmente violenta) se necessário for – afinal, o mal tem de ser extirpado e, se possível, sem deixar vestígios. A crença no princípio de que a natureza humana é marcada por uma índole pacífica, cheia de bondade intrínseca, implica encarar qualquer gesto violento como um desvio de conduta e, sendo assim, uma pessoa responsável por praticar um ato violento pode ser recuperada e trazida de volta para o convívio social.

A maioria dos sistemas de direito e justiça vigentes no mundo civilizado parte de um pressuposto delineado numa concepção de ser humano segundo a qual a ideia de um

* Professor Titular na área de Semântica e Pragmática das Línguas Naturais, UNICAMP, e Pesquisador 1A do CNPq.

“gene malvado” como responsável pelos atos do indivíduo é posta em cheque. Daí o porquê do desprestígio crescente do castigo como instrumento puramente punitivo-vingativo dos eventuais delinquentes. Contudo, a ideia de um gene – enquanto um princípio imutável e predeterminado, norteador de toda conduta humana – ainda exerce muito fascínio sobre o imaginário popular e, com frequência, impulsiona reações intempestivas até por parte de pessoas normalmente guiadas pela razão fria. Na esfera política, tais ideias perigosas são acalentadas e enaltecidas como motes pelas ideologias de extrema-direita, como amplamente demonstram exemplos como o nazismo, o fascismo e assim por diante.

Como se não bastasse a reação emocional, espontânea e não temperada pela razão, por parte de leigos, há também estudos ditos científicos que também afirmam o papel do gene não só na formação do caráter de pessoas, mas também – pasmem! – das ideias que elas venham a assumir em algum momento de suas vidas. Em texto publicado sob o título ‘Genes politicizados’, assinado pelo colunista José Roberto de Toledo e publicado no dia 9 de janeiro de 2012 no jornal *O Estado de São Paulo* (p. A6), o autor escreve:

E se a opção ideológica de cada um não for fruto apenas do livre arbítrio, mas uma tendência impressa em nossos genes? E se estivéssemos biologicamente programados a sermos conservadores ou liberais? A questão soa absurda e pode ser revoltante para os mais engajados, mas contém uma dose de fundamentação científica. Ao menos é o que sugere um estudo a ser publicado na próxima edição de centenária revista inglesa *Philosophical Transactions of the Royal Society B*.

O fato estarrecedor não é o de alguém achar que as nossas posições políticas e crenças ideológicas são fruto de um gene que cada um de nós carrega, mas o de invocar a ciência para justificar tal reivindicação. Como se o simples rótulo de ciência funcionasse como talismã que transformasse qualquer ideia, por mais absurda que fosse, numa verdade absoluta!

Fazendo o papel do advogado do diabo, proponho que se admita a programação biológica (mesmo que “soe absurda”) levantada pelo jornalista. Ora, na hipótese de os ‘cientistas’ acima referidos estarem certos, teríamos de arcar com a consequência de que nem mesmo um gênio do Mal como Adolf Hitler pode ser culpado por tudo o que ele fez, pois o verdadeiro culpado teria sido aquele gene sobre o qual, evidentemente, ele não tinha nenhum controle! O crime praticado por ele, aos olhos da Lei, seria um genocídio culposos, não doloso! Isso porque introduzir a questão do gene na discussão

sobre violência fatalmente traz à tona a questão da responsabilidade e, por conseguinte, a da culpabilidade também.

Como se vê, a ideia de violência abrange uma série de questões que podem até parecer, à primeira vista, independentes umas das outras. Daí a necessidade premente do olhar interdisciplinar, que leve em considerações múltiplos olhares a partir de múltiplos pontos de vista e embasamentos teóricos. A coleção de textos sob o título “Representações de violência na linguagem: cognição, cultura e sociedade” propicia ao leitor interessado um conjunto de olhares estimulantes para o tema em discussão. São olhares destinados a estimular outros tantos olhares e discussões de que tanto necessitamos. De uma coisa podemos ter toda certeza: leitor algum vai terminar a leitura destes textos sem se sentir motivado a interagir com eles, quer concordando, quer discordando, mas jamais permanecendo indiferente.

Campinas, 10 de janeiro de 2012.